Ata nº 017/2023

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na sala do Setor de Previdência, após o expediente, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Ana Paula Pizzolato da Silveira, Adão Chiavenato Machado e Elisandra Carloto Saciloto, nomeados através da Portaria nº 238 de 18 de junho de 2020 para sua reunião ordinária. No primeiro momento da reunião foi debatido o cenário econômico, onde podemos observar que em novembro com relação a conjuntura Internacional, nos Estados Unidos, após registrar sucessivas acelerações ao longo dos últimos meses ficando sempre acima dos 200 mil novos empregos, o mercado de trabalho norte americano expandiu menos do que o previsto em outubro. Foram criadas no período 150 mil vagas de trabalho frente à expressiva quantidade de 297 mil em setembro (dado já revisado), com os principais ganhos mensais sendo aferidos pelos setores de saúde (58 mil), governo (51 mil), construção civil (23 mil) e lazer e hotelaria (19 mil). Em virtude das recentes greves ocorridas no setor automotivo, o mercado já projetava desaceleração em outubro, todavia, em ritmo menos acentuado, projetando uma expansão próxima a 180 mil novas contratações. Apesar da queda no volume total de empregos gerados, os salários mantiveram trajetória ascendente, variando 0,2% no mês e 4,1% na base anual. A taxa de desemprego também registrou leve alta na comparação com o mês anterior, subindo de 3,8% para 3,9%, correspondendo a um total de desempregados da ordem de 6,5 milhões de pessoas. O desempenho do mercado de trabalho aliviou às pressões sobre os juros domésticos dos EUA. A última reunião realizada pelo Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) no começo de novembro manteve os juros do país no intervalo entre 5,25% e 5,5%. Assim como na última reunião, o Comitê voltou a deixar em aberta a possibilidade de novos aumentos, com o mercado apostando no inicio do ciclo de queda do indicador apenas para o final de 2024. Em nota, o FOMC destacou os moderados mas contínuos ganhos de emprego, o bom ritmo de crescimento econômico do país - cujo PIB expandiu 4,9% no terceiro trimestre – e a manutenção de um quadro inflacionário ainda em alta, circunstâncias que justificam a atual austeridade monetária. Além da continuidade dos juros em patamar elevado, o FED segue diminuindo suas participações em títulos do Tesouro e demais papéis garantidos por hipotecas de agências. Por fim, registra-se que em setembro a inflação anualizada dos EUA permaneceu inalterada em relação a agosto, fechando o mês em 3,7%, ou seja, quase o dobro da meta de 2% estipulada pelo FED. Ja na zona do Euro e China, a inflação na Zona do Euro voltou a desacelerar em novembro, recuando 0,5 ponto percentual frente a outubro (2,9%) e encerrando o período em 2,4% na base anualizada, segundo informou preliminarmente a agência estatística europeia – EUROSTAT. Excluindo-se a volatilidade dos preços da energia, álcool, alimentos e tabaco, a chamada inflação subjacente caiu de 4,2% para 3,6% entre os dois últimos meses, confirmando que de fato a politica monetária restritiva adotada pelo Banco Central Europeu (BCE) começou a surtir efeito ao longo do último trimestre. Assim como em outubro todas as categorias tiveram seus preços

crescendo em ritmo mais lento, como a energia, que recuou pelo sétimo mês consecutivo. A expectativa atual é que a inflação atinja o patamar idealizado pela autoridade monetária (2% ao ano) até 2025. O mês de novembro também trouxe certo alivio no que tange ao desempenho da atividade econômica. Embora continue abaixo da marca que indique expansão do PIB, o Índice de Gerente de Compras (PMI) composto da Zona do Euro, que reúne a indústria e o setor de serviços, registrou melhora frente a outubro, subindo de 46,5 para 47,6 pontos frente a outubro. A atividade industrial da China encolheu pelo segundo mês consecutivo em novembro. O PMI oficial da indústria recuou de 49,5 para 49,4 na comparação com o mês anterior. Os estímulos governamentais visando acelerar a atividade doméstica tem sido insuficientes para suprirem a fraqueza da demanda internacional, com o subíndice de novas encomendas para as exportações recuando pelo nona vez seguida em 2023. No geral, excetuando-se setembro, o PMI oficial da indústria chinesa ficou abaixo da linha dos 50 pontos em todos os demais meses do ano, refletindo a dificuldade enfrentada pela segunda maior economia do mundo em retomar seu ritmo de crescimento no período pós-pandemia. Diversos fatores têm colaborado nesse sentido, com destaque para o agravamento da crise imobiliária, o endividamento do setor público e, principalmente, o baixo ritmo atividade global. Por sua vez, embora tenha se mantido no campo positivo, o setor de serviços também registrou perda em novembro, com o PMI oficial não manufatureiro do país recuando de 50,6 para 50,2 pontos em novembro. No cenário doméstico, em novembro, o Bacen divulgou o índice de atividade econômica (IBC-Br) relativo a setembro, que recuou pelo segundo mês consecutivo. Após cair -0,81% em agosto (dado já revisado), o indicador retraiu -0,06% em setembro, fechando a série em 146,42 pontos na série dessazonalizada. O desempenho frustrou o mercado, cuja mediana das estimativas projetava uma alta próxima a 0,2%. Em relação a setembro do ano passado, o indicador registrou crescimento de 0,32%. Já em termos trimestrais, houve queda de -0,64% no trimestre encerrado em setembro frente os três meses imediatamente anteriores, acompanhado de uma alta de 0,78% na comparação com idêntico período de 2022. No ano e no agregado dos últimos 12 meses o IBC-Br ainda acumula respectivas altas de 2,77% e de 2,50%. De maneira análoga a agosto, a performance de setembro foi fortemente afetada pelo setor de serviços, que responde por aproximadamente 70% do PIB total do país. No mês, três dos cinco subgrupos de atividades pesquisados pelo IBGE registraram queda na comparação com agosto, mais especificamente os serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%), informação e comunicação (-0,7%) e transportes (0,2%). No geral, ao cair pela segunda vez consecutiva no semestre e frustrar as expectativas do mercado, o desempenho do IBC-Br corrobora a manutenção do ciclo de queda da Selic. Por outro lado, as recentes retrações do IBC-Br já foram refletidas na última projeção de PIB divulgada pela Pesquisa Focus, com o crescimento esperado para 2023 recuando de 2,89% para 2,84%. A balança comercial brasileira voltou a registrar expressivo superávit em novembro, com as exportações superando as importações em US$ 8,776 bilhões, segundo informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O resultado foi o melhor para um mês de novembro em toda série histórica do indicador,

representando alta de 41,5% em relação ao mesmo mês do ano passado. Pelo critério da média diária, as exportações praticamente permaneceram estáveis, variando apenas 0,6% em relação a novembro de 2022, totalizando US$ 27,820 bilhões. A safra recorde de grãos, em especial da soja, combinada com o aumento do preço do minério de ferro, compensaram a queda internacional do preço de algumas commodities, como por exemplo, do petróleo e de seus derivados. No geral, observa-se que o preço internacional das commodities seguiu a trajetória de queda verificada ao longo dos últimos meses, invertendo a lógica do primeiro semestre do ano, quando o auge da crise geopolítica entre Rússia e Ucrânia implicou recorde no valor das cotações. Com efeito, as importações, também pelo critério da média diária, voltaram a recuar de maneira expressiva em novembro. A referida queda nos preços do petróleo e de seus derivados, bem como de alguns componentes químicos, implicou retração das exportações em -11,2%, correspondendo a um total adquirido do exterior da ordem de US$ 19,044 bilhões. No acumulado do ano a balança comercial brasileira também continuou batendo recorde histórico, registrando um superávit de US$ 89,285 bilhões, representando um aumento de 45,11% em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando o saldo positivo atingiu US$ 61,525 bilhões. Para o restante do exercício, as projeções oficiais do governo indicam novo recorde histórico, sendo projetando um superávit próximo a US$ 93 bilhões. Por sua vez, as expectativas do mercado seguem mais comedidas, com a Pesquisa Focus mais recente divulgada no começo de outubro estimando um resultado positivo pouco superior a US$ 78 bilhões. O IPCA, índice oficial da inflação brasileira, registrou leve aceleração em novembro, variando 0,28% frente a alta de 0,24% ocorrida em outubro. Esse foi o quinto mês consecutivo de taxas positivas do indicador, que no ano acumula alta de 4,04%, enquanto no agregado dos últimos 12 meses a variação total contabilizada é de 4,68%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE seis tiveram inflação, com destaque para Alimentação e Bebidas, que registrou a maior variação (0,63%) e o maior impacto (0,13 p.p.) no indicador do mês. As temperaturas mais altas e o excesso de chuvas ocorridas em boa parte do país afetaram negativamente a colheita, impactando a oferta de gêneros alimentícios mais sensíveis ao clima, como são os casos dos tubérculos, das hortaliças e dos legumes. Ainda pelo lado das altas, o grupo Habitação também merece ser destacado. Puxado pela variação positiva de diversos preços administrados, sobretudo das tarifas de luz, água e esgoto, referido grupo variou positivamente 0,48% em novembro. O grupo transportes também registrou elevação no período (0,27%), contudo, tendo sua alta sopesada pela nova queda de preço dos combustíveis. O principal vetor de alta deste grupo ficou por conta do preço das passagens aéreas, que subiram em média 19,12% frente a outubro. No que tange às previsões para o decorrer do presente biênio, a última pesquisa Focus indicou queda nas previsões para 2023 e relativa estabilidade para 2024. Para o corrente exercício as projeções recuaram de 4,54% para 4,51%, enquanto para 2024 a taxa seguiu próxima a 3,91%. O fluxo cambial brasileiro apresentou relativa estabilidade em novembro, registrando um leve superávit de US$ 296 milhões, segundo a prévia disponibilizada pelo BACEN. Vale repisar que a partir de 2023 a nova lei cambial passou a permitir que operações de

até US$ 50 mil possam ser informadas ao Banco Central até o quinto dia útil do mês subsequente, razão pela qual os dados finais de cada período passarão a ser consolidados pela instituição com uma maior defasagem de tempo. O saldo positivo de novembro foi puxado pela performance da conta comercial, que envolve as operações de câmbio relacionadas às importações e exportações, anotando um ingresso líquido de recursos da ordem de US$ 999 milhões. Registra-se que nas exportações estão incluídos US$ 2,289 bilhões em Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), US$ 4,694 bilhões em Pagamentos Antecipados (PA) e US$ 13,560 bilhões em outras entradas. De parte do segmento financeiro, que reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, bem como as remessas de lucros e pagamentos de juros e dividendos ao exterior, o resultado foi negativo, sendo contabilizada uma saída líquida de recursos de US$ 703 milhões. Importante destacar que o saldo negativo no segmento financeiro se deu em função do comportamento do investidor doméstico, uma vez o ingresso líquido de recursos estrangeiros na bolsa brasileira superou os R$ 21 bilhões em novembro, melhor resultado mensal de 2023. Com efeito, o dólar registrou sua maior desvalorização mensal desde junho, recuando 2,48% frente ao Real e encerrando o período negociado a R$ 4,915. A mudança na perspectiva dos juros americanos pode ser considerada a principal variável para o maior apetite do investidor estrangeiro, uma vez que o saldo líquido de recursos registrado nos últimos meses foi majoritariamente negativo ou marcado por pequenos aportes. No acumulado do ano, o superávit contabilizado até novembro é de US$ 24,464 bilhões, resultado da saída de US$ 23,446 bilhões pelo segmento financeiro e do ingresso de US$ 47,910 bilhões pelo canal comercial. No tocante a Taxa Selic, no aguardo da última ata da reunião do Copom, que ocorreu nos dias 12 e 13 de dezembro, o mercado segue apostando em uma nova redução de 0,5 ponto percentual da taxa Selic, com o indicador caindo dos atuais 12,25% para 11,75%. Sendo esta praticamente uma convicção dos agentes financeiros, os olhares passam a se voltar para o comportamento dos juros brasileiros no decorrer do próximo exercício, cuja magnitude dos cortes tende a variar entre 0,5 e 0,75 ponto percentual a cada reunião do colegiado. O arrefecimento inflacionário e a necessidade de aceleração do crescimento favorecem a continuidade do ciclo de queda. Não obstante, todas as projeções para 2024 indicam a Selic encerrando o ano abaixo dos dois dígitos, sendo prevista uma taxa de 9,25%. Ja na Renda Variável, na esteira do otimismo verificado no segmento de renda fixa, a Bolsa brasileira registrou seu melhor resultado mensal ao longo dos últimos três anos, com os investidores estrangeiros voltando a aportar recursos de maneira significativa na Bovespa. Em novembro, o Índice Ibovespa apresentou expressivo ganho de 12,54%, encerrando o mês no patamar de 127.331 pontos. No ano, o indicador já acumula alta de 16,01%. Conforme já mencionado, a reversão de expectativas acerca do comportamento dos juros norte americanos foi decisivo para o bom desempenho do setor. Enquanto em outubro os títulos da divida pública dos EUA tiveram suas taxas batendo recordes, a estabilidade do índice de preços verificada em novembro aliviou a pressão sobre o FED, com a curva de juros futuros indicando uma possível antecipação do seu ciclo de queda. Em média, as taxas dos treasuries americanos caíram de 5% para 4,5% no intervalo dos últimos dois meses, o que tornou

novamente atrativa a opção pelos mercados emergentes. Especificamente no caso brasileiro, a tendência de continuidade de queda da Selic acompanhada de um cenário fiscal menos conturbado também impulsionou o apetite pelas ações brasileiras. Do total das 86 ações que compõem o Índice Ibovespa 9 obtiveram ganhos mensais superiores a 30%, enquanto apenas 7 fecharam novembro no campo negativo. Pelo lado das altas, os maiores destaques ficaram por conta dos papéis da Magazine Luiza (MGLU3; 51,88%), Marfrig (MRFG3; 50,46%), CSN (CSNA3;46,28%), CSN Mineração (CMIN3; 43,25%) e BRF (BRFS3; 37,39%). Já pelo lado das baixas, os maiores prejuízos de novembro foram registrados pelas ações da 3R Petroleum (RRRP3; -7,58%), GPA (PCAR3; -7,46%), São Martinho (SMTO3; -6,57%), Cemig (CMIG4; -5,71%) e PetroReconcavo (RECV3; -4,53%). Na Renda Fixa, após três meses consecutivos registrando perdas, os subíndices atrelados às carteiras de maior prazo voltaram a performar no campo positivo, fechando novembro com as maiores rentabilidades mensais. O subíndice IMA-B5+, que reflete as NTN-Bs acima de cinco anos e corresponde a carteira de maior duração, avançou 3,39% em novembro, acumulando no ano variação de 14,75%. No mesmo sentido, o IRF-M1+, que sinaliza os títulos pré-fixados com prazos superiores a um ano, apresentou valorização de 3,14% no mês, elevando o ganho anual para 16,50%. No geral, a recuperação dos índices de prazos mais longos pode ser atribuída à melhora das expectativas dos agentes econômicos, sobretudo acerca da politica monetária norte americana. A queda da inflação verificada ao longo dos últimos meses associada à resiliência do mercado de trabalho dissipou os riscos de uma eventual recessão, aumentando o otimismo do mercado sobre uma possível antecipação do inicio do ciclo de queda dos juros. Sob a perspectiva doméstica, a continuidade do processo de desinflação e a tendência cada vez mais forte de uma Selic encerrando 2024 abaixo dos dois dígitos também impulsionaram o segmento de renda fixa em novembro. Em que pese os maiores ganhos apresentados pelas opções de maior duration, registra-se que todos os subíndices IMA encerram o mês no campo positivo, inclusive os associados aos papéis de curtíssimo prazo, como o IMA-S, que rentabilizou 0,91% no período. Com efeito, o IMA-Geral, indicador que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado com um todo, variou 1,84% em novembro, contabilizando um retorno anual de 12,86% até o presente momento. De acordo com o cenário econômico apresentado, o NESPREV obteve no mês de novembro uma rentabilidade de R$ 515.456,52 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), o que representa um percentual de 1,67% ao mês, e perfaz 11,74% da meta para o período e a meta acumulada (INPC + 5,20%) que fechou outubro em 8,05%. Dessa forma, a rentabilidade acumulada do NESPREV no ano está em R$ 3.199.978,97 (três milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos), possuindo de patrimônio R$ 30.120.834,95 (trinta milhões, cento e vinte mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos). No tocante a renda variável não houve negociação do mês de novembro/2023.Considerando o atual cenário, os regates para a folha de novembro e 13º salário foram resgatados CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, CNPJ:14.386.926/0001-71, Enquadramento: Art. 7º, I, "b" e

Disponibilidade dos recursos: D+0 e BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP, CNPJ: 13.077.418/0001-49, Enquadramento: Art.7ºIII,a e Disponibilidade dos recursos: D+0, respectivamente, em virtude do menor desempenho apresentado ao longo do ano de 2023, justificando portanto o resgate dos referidos fundos, obviamente que após indicação da empresa de consultoria. O valor do repasse mensal, repasse do 13º salário da parcela foram alocados na proporção de cinquenta por cento em cada instituição, sendo: BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, CNPJ: 35.292.588/0001-89, Enquadramento: Art.7º, I,b, Disponibilidade dos recursos: D+3 e no BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA, CNPJ: 24.022.566/0001-82, Enquadramento: Art.7ºIII,a e Disponibilidade dos recursos: D+0, observando o atual cenário econômico e sempre pensando na diversificação da carteira a fim de termos uma rentabilidade melhor e sem muitos riscos e já pensando no próximo ano a possibilidade do Copum manter a redução da taxa selic. A gestora levou a conhecimento a Nota Técnica SEI nº 222/2023/MPS, que trata sobre a interpretação da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 175 (RCVM 175), de 23 de dezembro de 2022, trouxe diversas mudanças para os fundos de investimento com o objetivo de modernizar e aprimorar a regulação, além de revogar normas anteriores que tratavam do assunto, como a Instrução CVM nº 555, de 2014 (ICVM 555). 2. Algumas disposições tiveram vigência em 02 de outubro de 2023, outras vigorarão a partir de 1º de abril de 2024. 3. O objetivo desta Nota é trazer os esclarecimentos necessários e os impactos dessas alterações para os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), enquanto essas mudanças ainda não forem refletidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, e na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022. Onde a Política Anual de Investimentos para o exercício 2024 deverá seguir a mesma configuração desse ano quanto à limites, vedações, e enquadramentos, visto que não houve, neste momento, a ampliação das possibilidades de investimento e nem a inclusão de restrições adicionais em decorrência da RCVM 175. Um Fundo de Investimento em Participações, por exemplo, continua com os mesmos percentuais de limite de investimento e com as mesmas regras para seleção pelos responsáveis pelos RPPS. Para fins de preenchimento do DAIR e do DPIN de 2024, por ora, não haverá mudança, pois os fundos serão considerados, até 1º de abril de 2024, automaticamente, como de classe única, sendo que apenas a partir dessa data é que os fundos poderão ter mais de uma classe (que será identificada por um CNPJ próprio). Até essa data, o CNPJ do fundo corresponde ao CNPJ de sua classe única, a partir dessa data, em caso de fundo com múltiplas classes, deverá ser informado o CNPJ da classe e a identificação junto a CVM de eventual subclasse. Quanto à aplicação de recursos dos RPPS, deve ser observado que: a) são vedadas aplicações em classes de cotas de fundos cujas categorias e tipos previstos na RCVM 175 não correspondam aos fundos de que trata a Resolução CMN nº 4.963, de 2021; b) em caso de novas classificações de classes de cotas efetuada pela RCVM 175, não há essa vedação, desde que a classe a ser aplicada pelo RPPS não descumpra limites, critérios e vedações previstos na Resolução CMN nº 4.963, de 2021; c) são vedadas aplicações em classes de cotas

de fundos que apliquem em ativos que ainda não eram regulamentados pela CVM quando da edição da Resolução CMN nº 4.963, de 2021, até a revisão dessa norma; Nota Técnica 222 (38592521) SEI 10133.102009/2023-05 / pg. 10 d) continuam vigentes as condições, os limites, os critérios e as vedações previstos na Resolução CMN nº 4.963, de 2021, cabendo a verificação da adequação da política de investimento do fundo e dos anexos descritivos de classes de cotas dos fundos à Resolução do CMN, à Política Anual de Investimentos do RPPS e aos demais procedimentos e normas aplicáveis. Analisando os relatórios nota-se que os recursos do NESPREV estão em conformidade e enquadrados de acordo com a legislação, não possuindo nenhum ativo na carteira em desenquadramento. Tendo em vista a necessidade de dar transparência as reuniões do Comitê de Investimentos, segue o cronograma para as reuniões do ano de 2024: 16/01/2024, 20/02/2024, 20/03/2024, 16/04/2023, 14/05/2024, 18/06/2024, 16/07/2024, 20/08/2024, 17/09/2024, 15/10/2024, 19/11/2024 e 17/12/2024. Os termos de credenciamento das instituições, foram alterados no começo do mês de outubro de 2022 pela SPREV, conforme orientado pela Consultoria. Sendo assim, não existem mais os termos para cada fundo e sim para a instituição como um todo. Neste novo modelo instituído pela SPREV, passa a existir dois Termos, um de credenciamento e outro de atestado. O RPPS está observando o art. 106, II da Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, analisando os critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção. Os credenciamentos realizados passarão a ter vigência em dois de janeiro de 2024, sendo assim o próximo vencimento dos credenciamentos será em 02 anos, ou seja, em 02/01/2026. Reiteramos ainda, que os termos dos credenciamentos serão arquivados nos documentos do RPPS. Foram emitidos os seguintes termos de análise e atestado de credenciamento do administrador ou gestor de fundos de investimentos: Caixa DTVM – 001/2023; Banco BNP Paribas Brasil S/A – 002/2023; Banco Daycoval S/A - 003/2023; Caixa Econômica Federal – 004/2023; Banco Cooperativo Sicredi S/A – 005/2023; BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A – 006/2023; Banco Itaú Unibanco S.A – 007/2023; Banrisul SA Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio – 008/2023; Banco BNP Paríbas Brasil S.A – 009/2023; Banrisul SA Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio – 010/2023; Banco Itaú Unibanco S.A – 011/2023; Banco do Estado do Rio Grande do Sul – 012/2023; Banco Cooperativo Sicredi – 013/2023; Blackrock Brasil Gestora de Investimentos LTDA – 014/2023; Daycoval Asset Management – 015/2023; Itaú Unibanco Asset Management LTDA – 016/2023 e Sicredi – 017/2023. Sendo estes os assuntos a serem tratados, encerra-se a presente ata, que após lida e estando em conformidade é assinada por todos os presentes. Nova Esperança do Sul - RS, 19 de dezembro de 2023.